Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2020 e relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

KPDS 702960

Índice

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias 3
Balanço Patrimonial 5
Demonstração do Resultado 6
Demonstração do Resultado Abrangente 7
Demonstração dos Fluxos de Caixa 8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 9
Demonstração do Valor Adicionado 10
Notas Explicativas 11
1. A Companhia e suas operações 11
2. Correlação das notas explicativas 13
3. Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras intermediárias 13
4. Sumário das principais práticas contábeis 14
5. Uso de estimativas 14
6. Contas a receber 14
7. Partes relacionadas 16
8. Despesas antecipadas 17
9. Diferido 17
10. Tributos 17
11. Arrendamento mercantil 18
12. Imposto de renda e contribuição social diferidos 18
13. Patrimônio Líquido 19
14. Custo e despesa por natureza 20
15. Resultado financeiro líquido 20
16. Processos judiciais e contingências 21
17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos 22

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Baixada Santista Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução
Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Baixada Santista Energia S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Ênfase

Transação com partes relacionadas
Chamamos a atenção para o fato que a Companhia mantém transações com a controladora Petroleo Brasileiro S.A – Petrobras e segue o plano de negócios desta, na condução de suas operações, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 7 às demonstrações financeiras intermediárias. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
As demonstrações financeiras intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos S. Rosa

Milena Santos
Contadora CRC RJ-100983/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	30.06.2020	31.12.2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		2	3
Contas a receber, líquidas	6.1	117.194	112.191
Contas a receber – FIDC	6.2	134.901	161.794
Imposto de renda e contribuição social	10	6.351	3.458
Impostos e contribuições	10	8.898	8.041
Despesas antecipadas	8	1.892	2.415
		269.238	**287.902**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber, líquidas	6.1	256.579	293.598
Imposto de renda e contribuição social	10	43.491	42.928
Outros ativos realizáveis a longo prazo		1.603	1.504
		301.673	**338.030**
Diferido	9	928	1.856
		928	**1.856**
		571.839	**627.788**

Passivo	Nota	30.06.2020	31.12.2019
Circulante			
Fornecedores		1.839	3.876
Arrendamento mercantil	11	85.394	80.409
Dividendos a pagar	13.3	6.481	33.992
Imposto de renda e contribuição social	10	-	193
Impostos e contribuições a recolher	10	52	6
Contas a pagar		678	667
Salários		5	-
		94.449	**119.143**
Não circulante			
Arrendamento mercantil	11	172.588	193.316
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	13.530	11.287
		186.118	**204.603**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	297.136	297.136
Reservas de Lucro	13.2	(5.864)	6.906
		291.272	**304.042**
		571.839	**627.788**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		2020		2019	
	Nota	Abr-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Jan-Jun
Receitas (despesas)					
Gerais e administrativas	14	(1.147)	(2.015)	(933)	(1.891)
Tributárias	14	(878)	(963)	(999)	(2.456)
		(2.025)	(2.978)	(1.932)	(4.347)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(2.025)	(2.978)	(1.932)	(4.347)
Resultado financeiro líquido	15	(7.416)	258	(7.467)	(919)
Receitas financeiras		16.016	29.352	18.932	32.814
Despesas financeiras		(23.744)	(29.785)	(22.812)	(33.733)
Variações monetárias, líquidas		312	691	(3.588)	-
Prejuízo antes dos impostos		(9.441)	(2.720)	(9.399)	(5.266)
Imposto de renda e contribuição social	12.1	(881)	(5.189)	2.236	103
Prejuízo do período		(10.322)	(7.909)	(7.163)	(5.163)
Prejuízo básico e diluído por Ação ON (em R$)	13.4		(0,03)		(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2020	2019	2020	2019
	Jan-Jun	Jan-Jun	Abr-Jun	Abr-Jun
Prejuízo líquido do período	(7.909)	(5.163)	(10.322)	(7.163)
Resultado abrangente total	(7.909)	(5.163)	(10.322)	(7.163)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	30.06.2020	30.06.2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	(7.909)	(5.163)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	928	928
Juros sobre arrendamento financeiro – EMAE	12.259	13.949
Reajuste contratual EMAE	17.445	15.561
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro	(2.635)	(4.866)
Atualização sobre impostos e contribuições	(691)	(969)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	2.242	(1.782)
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.947	-
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	32.016	32.375
Despesas antecipadas	523	932
Impostos e contribuições a recuperar	(3.621)	(4.577)
Outros ativos	(100)	-
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(2.037)	(46)
Outros passivos	17	19
Impostos e contribuições a recolher	47	(97)
Imposto de Renda e Contribuição social pagos	(3.140)	(11.631)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	48.291	34.632
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Resgates em recebíveis de ativos financeiros	29.527	7.939
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos	29.527	7.939
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(32.372)	-
Pagamento Arrendamento	(45.447)	(42.599)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(77.819)	(42.599)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período	(1)	(28)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	30
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2	2

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		Reservas de lucros			
	Capital subscrito e integralizado	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros /Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	297.136	1.705	24.278	-	323.119
Lucro líquido do período **NE 13**	-	-	-	(5.163)	(5.163)
Saldos em 30 de junho de 2019	297.136	1.705	24.278	(5.163)	317.956
Saldos em 31 de dezembro de 2019	297.136	2.045	4.861	-	304.042
Prejuízo líquido do período **NE 13**	-	-	-	(7.909)	(7.909)
Dividendos aprovados **NE 13.3**			(4.861)		(4.861)
Saldos em 30 de junho de 2020	297.136	2.046	-	(7.909)	291.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	30.06.2020	30.06.2019
Receita de serviços e outras receitas		-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(963)	(950)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(4.361)	(4.142)
	(5.324)	(5.092)
Valor adicionado bruto	(5.324)	(5.092)
Depreciação e amortização	(928)	(928)
Valor adicionado líquido consumido pela Companhia	(6.252)	(6.020)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variação monetária	30.044	32.814
Valor adicionado a distribuir	23.792	26.794
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	125	11
Tributos		
Federais	983	(2.835)
Municipais	808	1.047
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	29.785	33.734
Acionistas		
Prejuízo líquido do período	(7.909)	(5.163)
	(7.909)	(5.163)
Valor adicionado distribuído	23.792	26.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1. A Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. ("Companhia" ou "BSE") foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras" ou "Controladora"), e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações Financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1 Arrendamento mercantil

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogerador nº 2, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua Controladora. Este contrato estabeleceu pagamentos semestrais de R$ 11.100, pelo prazo de 17 anos, até 15 de novembro de 2024.

Adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019:

A Companhia procedeu com os ajustes referentes à aplicação inicial do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024, conforme nota explicativa 11.

A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos muda porque a Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia inclui nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A Companhia promoveu a classificação do subarrendamento com sua controladora representado Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada com vencimento em novembro de 2024, no qual é arrendadora. A Companhia reclassificou o subarrendamento como arrendamento financeiro, levando ao reconhecimento de um valor a receber de R$ 355.492 em 1º de janeiro de 2019.

As parcelas mensais de R$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA, e o saldo em 30 de junho de 2020 soma R$ 285.504 e em 31 de dezembro de 2019 soma R$ 316.171. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está apresentado na nota 6 b.

1.2 Comodato

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Comodato do Turbogerador nº 1, de sua propriedade, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, modelo 7FH2, nº de série 337X78 com a sua Controladora - Petrobras, por 730 dias.

Em 01 de dezembro de 2017, foi celebrado o segundo Contrato de comodato do referido turbogerador, com prazo de 730 dias a partir da data de sua assinatura, com vigência até 30 de novembro de 2019.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia celebrou novo Contrato de comodato com a Petrobras referente ao conjunto turbogerador nº 01. De acordo com o referido Contrato, o prazo de vigência era de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da celebração do mesmo, podendo ser prorrogado por até igual período mediante concordância das partes.

Em 27 de março de 2020, foi celebrado com a controladora Petrobras o 1º Termo Aditivo ao citado Contrato de comodato firmado em 29 de novembro 2019, postergando o prazo de vigência do instrumento jurídico em mais 120 (cento e vinte) dias a partir da data se sua assinatura, com vigência até 26 de julho de 2020.

1.2 Impacto do Corona vírus (COVID19) nas operações da Companhia

Em função da pandemia do corona vírus (COVID 19), declarada Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a BSE avaliou os possíveis impactos e constatou que as demonstrações financeiras intermediárias não sofreram os efeitos da COVID-19, pelos motivos abaixo apresentados:

- contas a receber – a companhia tem como principal cliente a Petrobras, sua controladora.
- remunerações – a companhia não possui empregados e a remunerações de sua diretoria é efetuada pela sua controladora;
- fornecedores e a arrendamentos – a companhia não vislumbra impactos da COVID -19 em seus compromissos assumidos, tendo em vista que seu fluxo de caixa não sofreu alterações.

2. Correlação das notas explicativas

Título das notas explicativas	31.12.2019	30.06.2020
Companhia e suas operações	Nota 1	Nota 1
Correlação das notas explicativas	-	Nota 2
Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras	Nota 2	Nota 3
Base de mensuração	Nota 3	-
Sumário das Principais práticas contábeis	Nota 4	Nota 4
Estimativas e julgamentos relevantes	Nota 5	Nota 5
Mudanças nas políticas contábeis e divulgações	Nota 6	-
Novos pronunciamentos contábeis	Nota 7	-
Contas a receber	Nota 8	Nota 6
Partes Relacionadas	Nota 9	Nota 7
Despesas antecipadas	Nota 10	Nota 8
Diferido	Nota 11	Nota 9
Tributos	Nota 12	Nota 10 e 12
Arrendamento mercantil	Nota 13	Nota 11
Patrimônio Líquido	Nota 14	Nota 13
Receitas	Nota 15	-
Custo e despesa por natureza	Nota 16	Nota 14
Resultado financeiro líquido	Nota 17	Nota 15
Processos judiciais e contingências	Nota 18	Nota 16
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	Nota 19	Nota 17
Eventos Subsequentes	Nota 20	-

3. Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, aprovado por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas com alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações. Portanto, tais demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

Os Diretores da Companhia, em reunião realizada em 29 de julho de 2020, autorizaram a divulgação destas demonstrações financeiras intermediárias.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

5. Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Estas estimativas incluem: processos judiciais e contingências, tributos diferidos sobre o lucro e perdas de crédito esperada. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

6. Contas a receber

6.1 Contas a receber, líquidas

	jun/20	dez/19
Terceiros	1.552	1.552
Partes relacionadas (nota explicativa 7)		
Arrendamento mercantil (c)	84.822	86.177
Reembolso de encargos setoriais (a)	1.895	1.889
Disponibilidade de máquinas (b)	285.504	316.171
	373.773	405.789
Circulante	117.194	112.191
Não circulante	256.579	293.598
	373.773	405.789

a) Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao reembolso dos encargos de transmissão – CCT (Contrato de conexão ao sistema de transmissão) e CUST (Contrato de uso do sistema de transmissão) pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, mediante previsão contratual.

b) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil (subarrendamento)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionados a dois turbogeradores vinculados à Usina Termoelétrica Piratininga, celebrado em janeiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em Novembro de 2024. As parcelas mensais de R$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA.

O saldo presente dos recebimentos mínimos em 30 de junho de 2020 soma R$ 285.504 e em 31 de dezembro de 2019 soma R$ 316.171. A taxa de juros nominal incremental dos recebíveis de arrendamento na adoção inicial foi de 8,0784%. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2019	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo em 30/06/2020
Subarrendamento	316.171	(42.409)	-	-	11.742	285.504

Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Recebimento Valor
Circulante	84.737	(529)	84.208
Não circulante	247.124	(45.828)	201.296
Em 30 de junho de 2020	331.861	(46.357)	285.504

c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representados, pelo Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogerador nº 2, celebrado com a Petrobras. O contrato tem vigência até 15/11/2024, 5.066 dias contados da assinatura do contrato, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros nominais Anuais	Recebimentos Valor Presente
06/2021	33.330	(3.792)	29.538
07/2021 – 06/2023	66.661	(29.441)	37.220
07/2023 em diante	49.996	(31.932)	18.064
Em 30 de junho de 2020	149.987	(65.165)	84.822
Circulante	33.330	(3.792)	29.538
Não circulante	116.657	(61.373)	55.284
Em 30 de junho de 2020	149.987	(65.165)	84.822
Circulante	32.105	(4.820)	27.285
Não circulante	128.422	(69.530)	58.892
Em 31 de dezembro de 2019	160.527	(74.350)	86.177

A Companhia classifica as parcelas recebidas do arrendamento como atividade de financiamento por entender que a operação se trata de uma venda financiada.

6.2 Contas a receber – FIDC

Em 30 de junho de 2020, o montante de R$ 134.901 (R$ 161.794 em 31 de dezembro de 2019), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

7. Partes relacionadas

7.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas da Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Petrobras	
	06/2020	**12/2019**
Ativo		
Circulante		
Arrendamento mercantil financeiro do turbogerador (nota explicativa 6.c)	29.539	27.285
Contrato de disponibilidade de máquinas (nota explicativa 6.b)	84.208	81.464
Reembolso de encargos setoriais (nota explicativa 6.a)	1.895	1.890
	115.642	110.639
Não circulante		
Contas a receber por arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 6.c)	55.283	58.891
Contrato de disponibilidade de máquinas (nota explicativa 6.b)	201.296	234.707
	256.579	293.598
	372.221	404.237
Passivo		
Circulante		
Dividendos (nota explicativa 13.3)	(6.481)	(33.992)
	(6.481)	(33.992)

	06/2020	**06/2019**
Resultado		
Receita de arrendamento financeiro do Turbogerador (nota explicativa 15)	12.015	13.581
Receita sobre o subarrendamento (nota explicativa 15)	11.742	13.398
Compartilhamento de custos	(34)	(6)
	23.723	26.973

7.2. Remuneração dos administradores da Companhia

Em atendimento as disposições estatutárias, a remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia de Acionista, que ocorreu em 30 de abril de 2020. Até o momento os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Baixada Santista S.A.

8. Despesas antecipadas

Em 30 de junho de 2020 figura na conta o valor de R$ 1.892 (R$ 2.415 em 31 de dezembro de 2019), que referem-se a pagamento de seguro garantia.

9. Diferido

	Gastos pré-operacionais
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.856
Amortização	(928)
Saldo em 30 de junho de 2020	928

10. Tributos

10.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição	Ativo Circulante		Ativo não Circulante (i)		Passivo Circulante	
	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
No país:						
Imposto de renda	5.642	3.458	36.862	36.367	-	-
Contribuição social	709	-	6.629	6.561	-	193
	6.351	3.458	43.491	42.928	-	193

(i) Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos dos exercícios de 2011 à 2015 e 2017 à 2018, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal.

	Ativo Circulante		Passivo circulante	
Demais impostos e contribuições	06/2020	12/2019	06/2020	12/2019
PIS/COFINS	8.824	7.967	2	3
IRRF	-	-	25	1
Outros impostos	74	74	25	2
	8.898	8.041	52	6

11. Arrendamento mercantil

Pela adoção do CPC 06 (R2), a Companhia reconhece em 2019 a dívida total do contrato de arrendamento existente com a EMAE.

	Saldo final em 31/12/2019	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 30/06/2020
Financiamentos - EMAE	273.725	(45.447)	20.377	(2.932)	12.259	257.982

A taxa nominal de juros anual sobre o contrato de arrendamento com a EMAE é de 9,0300%.

Compromissos Estimados (a pagar)	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
Circulante	90.893	(5.499)	85.394
Não circulante	212.085	(39.497)	172.588
Em 30 de junho de 2020	302.978	(44.996)	257.982

O saldo em 30 de junho de 2019 é demonstrado abaixo:

	Adoção CPC 06 (R2)	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 30/06/2019
Financiamentos - EMAE	392.787	(42.599)	19.004	(3.442)	(63.980)	301.770

Compromissos Estimados (a pagar)	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
Circulante	85.198	(5.164)	80.034
Não circulante	283.993	(62.257)	221.736
Em 30 de junho de 2019	369.191	(67.421)	301.770

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro (i)		Arrendamento e subarrendamento mercantil (ii)		
	Imobilizado	Contas a receber	Arrendamento EMAE	Subarrendamento Petrobras	Total
Em 31 de dezembro de 2018	(15.908)	29.298	-	-	13.390
Reconhecido no resultado do exercício	475	(2.256)	-	-	(1.781)
Em 30 de junho de 2019	(15.433)	27.042	-	-	11.609
Reconhecido no resultado do exercício	475	2.166	(16.215)	13.252	(322)
Em 31 de dezembro de 2019	(14.958)	29.208	(16.215)	13.252	11.287
Reconhecido no resultado do período	475	1.768	-	-	2.243
Em 30 de junho de 2020	(14.483)	30.976	(16.215)	13.252	13.530

(i) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que as obrigações fiscais diferidas serão realizadas na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

12.1. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	30.06.2020	30.06.2019
Prejuízo antes dos impostos	(2.720)	(5.266)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	926	1.791
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas		
Arrendamento financeiro	(2.242)	1.782
Arrendamento Petrobras	(5.458)	(4.045)
Receita de subarrendamento	(15.874)	(15.378)
Custo arrendamento EMAE	14.548	14.656
Receita financeira subarrendamento	3.992	4.555
Despesa financeira arrendamento EMAE	(4.168)	(4.742)
Impostos sobre subarrendamento	1.468	1.422
Resultado arrendamento - turbogerador próprio	4.085	4.617
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	1.269	724
Despesa financeira reajuste EMAE	(5.931)	(5.291)
Receita financeira reajuste Subarrendamento	1.006	-
Despesas não dedutíveis	(41)	-
Depreciação	1.219	-
Outros	12	12
Imposto de renda e contribuição social	(5.189)	103
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.242)	1.782
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.947)	(1.679)
Imposto de renda e contribuição social	(5.189)	103
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	191%	2%

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital social realizado

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado, no valor de R$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

13.2. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 30 de junho o saldo da reserva legal é de R$ 2.045, sendo o mesmo valor em 31 de dezembro de 2019.

13.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

As demonstrações financeiras dos anos de 2017 e 2018, e os seus dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos, nos valores de R$ 21.931 e R$ 10.440, respectivamente, foram aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 18 de dezembro de 2019, e a liquidação ocorreu em 17 de janeiro de 2020.

A demonstração financeira do exercício de 2019, e os seus dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos, nos valores de R$ 1.620 e R$ 4.861 respectivamente, foram aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 30 de abril de 2020.

13.4. Resultado por ação

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas	(7.909)	(5.163)
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro básico e diluído por ação ordinária- (R$ por ação)	(0,03)	(0,02)

14. Custo e despesa por natureza

	Jan-Jun.20	Jan-Jun.19
Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais	(239)	(203)
Depreciação e amortização	(928)	(928)
PIS/COFINS s/ arrendamento financeiro e outras receitas	-	(1.101)
Outros	(1.811)	(2.115)
	(2.978)	(4.347)
Na Demonstração do Resultado		
Gerais e administrativas	(2.015)	(1.891)
Tributárias	(963)	(2.456)
	(2.978)	(4.347)

15. Resultado financeiro líquido

	Jan-Jun.20	Jan-Jun.19
Juros sobre impostos	(82)	(4.223)
Juros sobre arrendamento - EMAE (a)	(12.259)	(13.949)
Reajuste contratual arrendamento EMAE	(17.444)	(15.561)
Receita de arrend. mercantil finan. do turbogerador	12.015	13.581
Reajuste arrend. mercantil finan. do turbogerador	2.960	-
Receita sobre subarrendamento - Petrobras	11.742	13.398
Receitas com recebíveis de ativos financeiros (FIDC)	2.635	4.866
Atualização monetária s/ arrend. Fin. turbogerador		
Atualização monetária s/ imp. e contrib. a recuperar	691	969

	Jan-Jun.20	Jan-Jun.19
Resultado financeiro líquido	258	(919)
Receitas	29.352	31.845
Despesas	(29.785)	(33.733)
Variações monetárias, líquidas	691	969
Resultado financeiro líquido	258	(919)

a) Juros sobre arrendamento

Com a adoção do CPC 06(R2) em 01 de janeiro de 2019 a Companhia apropria os juros sobre a parcela paga à arrendadora, assim como os juros sobre o valor recebido em razão do subarrendamento.

b) Atualização monetária sobre arrendamento

Com a adoção do normativo CPC 06 (R2) a partir de 01 de janeiro de 2019, a atualização monetária do recebível não é mais retratada no fluxo do recebimento do arrendamento mercantil financeiro, conforme item BC 182 da Base de Conclusão do referido normativo, no entanto a base de cálculo da receita financeira passou a considerar o valor do fluxo atualizado até dezembro de 2018 e não mais o valor original do contrato, incluindo em sua base valores que antes eram reconhecidos como atualização monetária.

16. Processos judiciais e contingências

16.1. Processo judicial provisionado

Com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, a Companhia não possui processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos seja provável, portanto não há provisão cujo risco esteja classificado como provável.

16.2. Processo judicial não provisionado

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para o qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa - 30.06.2020	Estimativa – 31.12.2019
Cível	1.824	1.804
Execução Fiscal	59.422	58.715
	61.246	60.519

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

a) Processo de natureza cível

Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Estimativa 30.06.2020	Estimativa 31.12.2019
Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária. Situação atual: A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa. Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Assim, o Auto de Infração encontra-se na situação "Suspenso com depósito judicial".	1.824	1.804

b) Execução Fiscal

Autor: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Estimativa 30.06.2020	Estimativa 31.12.2019
A execução fiscal tem por objeto, supostas infrações cometidas pelo contribuinte no Processo Administrativo Fiscal n° 10845.725847/2015-5. Situação atual: A companhia ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa (Processo nº 83167-41.2014.4.01.3400 - 1ª Vara Federal do Distrito Federal). Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão.	54.422	58.715

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

17.1. Instrumentos financeiros

A descrição detalhada e a política da companhia sobre os Instrumentos financeiros e o gerenciamento de riscos da companhia é apresentada na nota explicativa 19 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais não apresentam alterações relevantes em 30 de junho de 2020.

	30.06.2020	31.12.2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2	3
Contas a receber, líquidas	117.194	112.191
Contas a receber – FDIC	134.901	161.794
	252.097	**273.988**
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	256.579	293.598
	508.676	**567.586**

	30.06.2020	31.12.2019
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.839	3.876
Arrendamentos mercantis	85.394	80.409
Dividendos	6.481	33.992
	93.714	**118.277**
Não circulante		
Fornecedores	-	-
Arrendamentos mercantis	172.588	193.316
	266.302	**311.593**

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, não derivativos, são classificados na categoria "Custo amortizado" (exceto o Contas a receber FIDC, classificado na categoria de "Valor justo por meio do resultado"), com recebimentos e pagamentos fixos ou determináveis, os quais não possuem a característica de negociação em mercados organizados.

Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

17.2. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração), com base em seu Estatuto Social e na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua Controladora, a Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos empresariais e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos e financeiros, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

17.2.1. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

17.2.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua Controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado ao contas a receber do Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogerador nº 2 é atenuado por possuir como único cliente, sua Controladora, a Petrobras.

17.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros, ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos, basicamente com despesas de locação, necessárias ao negócio. Os recebíveis da Companhia estão concentrados na sua Controladora, a Petrobras, que é o único cliente.

17.3. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Baixada Santista Energia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

17.4. Risco operacional

As atividades dos processos administrativos da BSE são efetuados por um número de profissionais reduzido, podendo acarretar em maior tempo depreendido para o desempenho de suas atividades. A gestão deste risco se dá a partir de planejamentos com antecedência mínima de atividades de rotina.”

DIRETORIA EXECUTIVA

ALINE DIAS LEONARDI
Diretora Técnica

WELLINGTON GOMES LUCAS
Diretor Administrativo

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.
CRC-RJ 001.137/O-0
LUCIANA DOS SANTOS UCHÔA
Contadora
CRC RJ "s" SP 081003/O-8